

DF - Invasões

URBANISMO

Fecomércio apresenta ao GDF proposta para regularizar as invasões de áreas públicas no Plano Piloto, com materiais e tamanhos preestabelecidos e extensão de até cinco metros

Puxadinhos padronizados

ELISA TECLES

DA EQUIPE DO CORREIO

Os empresários do Plano Piloto que invadem área pública querem apressar a regularização dos puxadinhos. Para isso, apresentaram um projeto ao governo com novos parâmetros de ocupação. A idéia é que o comércio tenha construções padronizadas, com materiais e tamanhos preestabelecidos, para evitar a favelização dos fundos das lojas. Mas um dos pontos da proposta já enfrenta resistência. Os comerciantes querem regularizar áreas invadidas de até cinco metros. Para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o tamanho é exagerado. Cerca de 20% dos comércios locais do Plano Piloto ocupam irregularmente áreas públicas. Alguns puxadinhos impedem até a circulação de pedestres.

As invasões nas asas Sul e Norte ferem o tombamento da capital federal e enfeiam a zona central de Brasília, mas muitos empresários conseguem liminares na Justiça, que impedem derrubadas. "O que existe hoje é a possibilidade de fazer uma marquise de 3 metros, mas cada um faz o que bem entende nas lojas", explica o superintendente do Iphan, Alfredo Gastal. "Para o bem da cidade e dos comerciantes, esse assunto deveria ser resolvido de forma definitiva", defende.

O plano dos empresários foi apresentado pela Federação do Comércio do Distrito Federal (Fecomércio) ao secretário de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente, Cássio Taniguchi, que prometeu analisar a proposta.

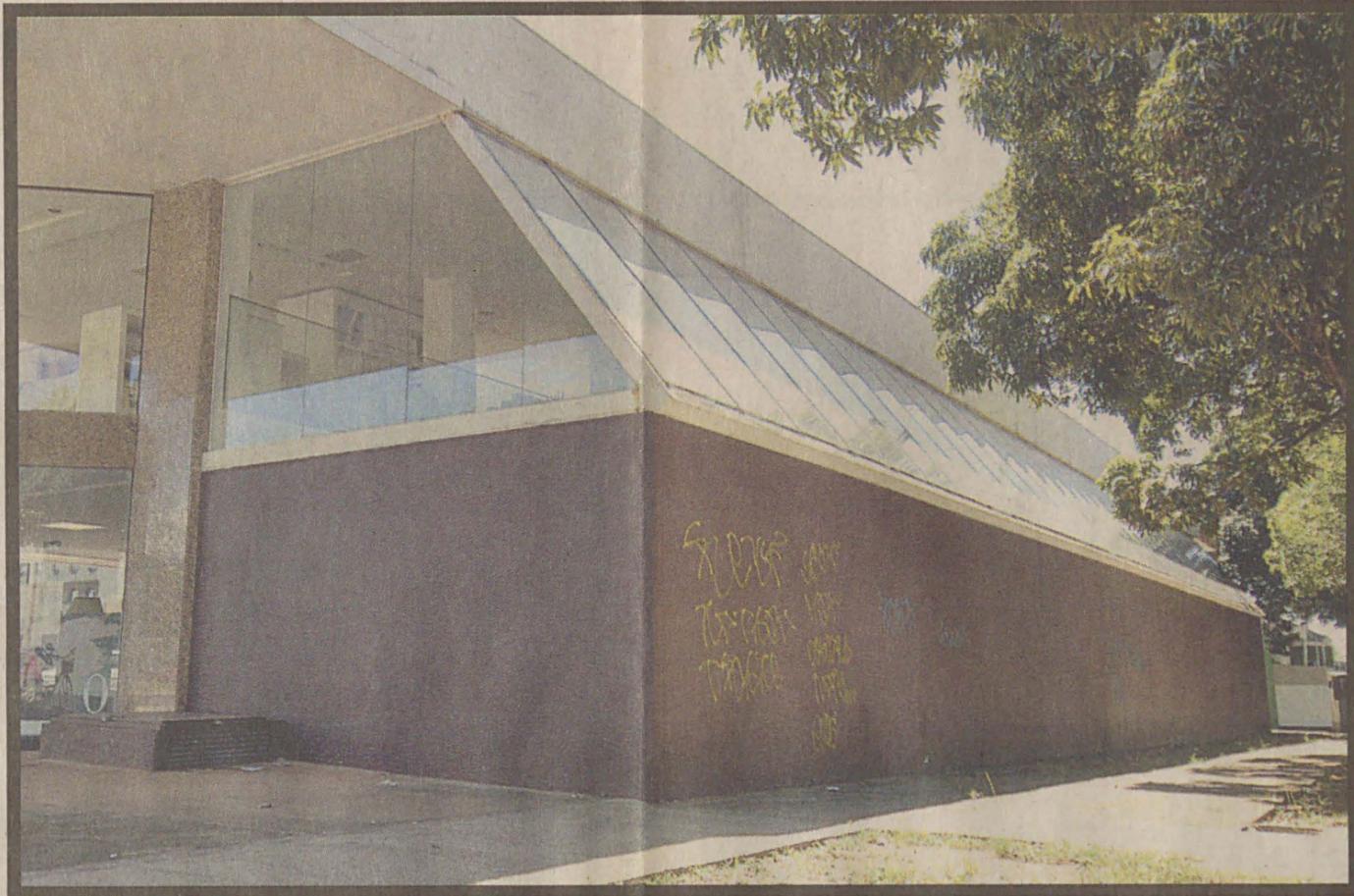
A proposta da Fecomércio prevê a demarcação dos limites da propriedade com paredes de alvenaria de até 3m e uso de vidro temperado ou laminado para a cobertura. Se aprovado, o plano da federação deveria ser seguido pelos 2.700 estabelecimentos localizados nas quadras de comércio local. As próprias lojas arcaiam com os gastos da construção, que variam entre R\$ 14 mil e R\$ 17 mil.

Segundo o presidente da Fecomércio, senador Adelmir Santana (PFL-DF), o período de um ano seria suficiente para que as cerca de mil lojas que ultrapassam os limites da propriedade se adaptassem às novas regras. "Queremos encontrar uma solução que seja bem planejada e que inclua todos os setores envolvidos", diz Santana. Com a aprovação do projeto, os proprietários continuariam pagando pelo uso do terreno e a situação das lojas poderia ser regularizada. A primeira loja a aplicar as regras de padronização propostas pela Fecomércio foi a Blumenau, na 302 Sul. O avanço nos fundos da loja foi construído em alvenaria e vidro, seguindo as medidas recomendadas pela federação.

Notificação

Segundo o subsecretário de Fiscalização de Atividades Urbanas, Antônio Alves, a média de uso de terreno público nos fundos das lojas é de 5m de compri-

Breno Fortes/CB - 5/3/07



A LOJA BLUMENAU, NA 302 SUL, FOI A PRIMEIRA A APLICAR AS REGRAS PROPOSTAS PELA FECOMÉRCIO, COM A CONSTRUÇÃO DE PUXADINHO DE ALVENARIA E VIDRO

Paulo H. Carvalho/CB - 13/3/07



FISCALIZAÇÃO NOTIFICOU OS PROPRIETÁRIOS DE LOJAS DA 307 SUL A DERRUBAR AS INVASÕES ATÉ SEGUNDA-FEIRA

mento, mas a falta de um padrão desrespeita a arquitetura da cidade. "A favelização dessas áreas de comércio precisa acabar. As ocupações foram feitas ao longo de décadas e mudaram o projeto original daquelas quadras", conta. A Subsecretaria já notificou seis proprietários de lojas da 307 Sul sobre a decisão judicial que autoriza a derrubada dos puxadinhos da região. Eles têm até segunda-feira para eliminar, por conta própria, as construções irregulares.

A economista Jocilene Ferreira, 28 anos, mora na 307 Sul há 10 anos e acompanhou o crescimento das invasões no local. "Cada construção foi feita de um jeito diferente, isso compromete a quadra. Mas se derrubarem os

puxadinhos, precisam aumentar o policiamento para evitar a aglomeração de pessoas atrás das lojas", diz Jocilene. Outras lojas condenadas em ações movidas pelo Ministério Público a demolir as obras em área irregular estão na CLS 313 e CLS 304. Se não acabarem com as invasões por conta própria, o trabalho fica sob responsabilidade do governo e o proprietário está sujeito a multas, dependendo do tamanho da ocupação.

Cerca de 100 ações civis públicas tramitam atualmente no Ministério Público para acabar com os puxadinhos de lojas do Plano Piloto. "Essas ocupações afrontam as normas de tombamento da cidade. A recomendação vigente do MP é que todas

as lojas mantenham o estado original e não façam nenhum tipo de invasão", explica o promotor de Defesa da Ordem Urbanística Paulo José Farias. As lojas envolvidas em processos no MP passam por vistorias para avaliar o tamanho da irregularidade, podendo ser condenadas a derrubar e pagar multas pelo dano urbanístico causado. As ações do MP são complementadas pelas da Administração de Brasília, que não emite alvará de funcionamento para as lojas que invadem área pública quando elas são vendidas.

A proposta de uniformização das construções foi considerada positiva pelo presidente do Sindicato do Comércio Varejista do DF, Augusto de Carvalho. "O projeto pode beneficiar todos os setores, porque os empresários teriam mais espaço e seriam abertos novos postos de trabalho", detalha. De acordo com Augusto, a ampliação do espaço permite a contratação de 1,5 funcionário por loja, em média.

ANÁLISE DA NOTÍCIA

Agressão ao tombamento

ROBERTO FONSECA
DA EQUIPE DO CORREIO

A proposta de padronizar os puxadinhos do Plano Piloto é mais uma agressão ao tombamento de Brasília. Reflexo de anos de omissão do poder público. Há quase 20 anos, quando a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (Unesco) concedeu à capital o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, os avanços nas comerciais não existiam.

Duas décadas depois, ocorre o contrário. A bagunça visual é tão grande que agora empresários querem tentar dar um padrão urbano às quadras comerciais da capital. O problema é que surge num momento em que o próprio arquiteto Oscar Niemeyer, dentro do projeto que cria estacionamentos subterrâneos no Plano Piloto, estuda medidas para conter as invasões nos fundos das comerciais.

A idéia da equipe do arquiteto é utilizar a coluna que segura as marquises como o ponto onde as expansões devem parar. Então, quer estabelecer padrões à irregularidade é uma tentativa de maquiagem a agressão ao tombamento. Mesmo dando um novo visual, as irregularidades vão continuar. Como um monumento vencido pela ruína ao longo do tempo, o tombamento de Brasília sofre constantes e diversas agressões. É o caso dos puxadinhos.